



IV Congresso **[de História da Bahia]**

[Anais v. I]

**Salvador/ Bahia
2001**

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA
FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS

ANAIIS DO IV CONGRESSO
DE HISTÓRIA DA BAHIA

[Salvador 450 anos]

Salvador
2001

O TRAÇO HISPÂNICO DO PAÇO MUNICIPAL DE SALVADOR

Paulo Ormino de Azevedo¹
Programa de Pós-Graduação da
Faculdade de Arquitetura / UFBA.

O Paço Municipal de Salvador completa este ano quatro séculos e meio. Mas para chegar a forma atual ele passou por um largo processo de gestão que durou quase 150 anos, ao longo dos quais foi fundado, reconstruído, reformado, ampliado e coroado por uma torre sineira. Dessa trajetória ficaram, não só registros escritos, como testemunhos construtivos e arqueológicos que precisam ser investigados e interpretados.

Tentaremos neste artigo cotejar as informações escritas disponíveis com os vestígios construtivos que se preservam, analisar sua tipologia arquitetônica e aprofundar a discussão sobre sua autoria. A primeira análise terá que se limitar aos aspectos construtivos visíveis, já que não temos possibilidade de uma prospecção construtiva e arqueológica, como seria desejável. No segundo caso tentaremos comparar sua tipologia com a de outros edifícios coevos, ibéricos e americanos, e em função disto esclarecer questões relativas a sua autoria.

A CÂMARA VELHA

A primeira Câmara foi instalada precariamente em uma pequena casa construída para este fim durante o processo fundacional da cidade. Embora edificada em materiais precários – taipa e palha – ocupava uma posição privilegiada na primeira praça da cidade, mirando o poente e o porto. Compartia esta localização com o Palácio dos Governadores, situado na face sul, e a alfândega, localizada na parte norte da mesma praça, que se debruça sobre o golfo. Mas sua quadra era também ocupada por casas residenciais, sobre as quais avançaria, mais tarde, para atender à crescente demanda de espaço.

Embora reconstruída em pedra, cal e telhas cerâmicas, dois anos depois de sua fundação, e tendo recebido pequenas melhorias posteriores,

¹ O presente artigo faz parte dos estudos desenvolvidos pelo mesmo, em 1996, por solicitação do então Presidente da Câmara, Vereador João Carlos Bacelar, visando sua restauração científica.

continuava uma casa precária e acanhada até o primeiro quartel do século XVII, quando começa a se arruinar, situação que se agrava com o abandono durante a ocupação holandesa. Tal era a sua ruína, que em 1626 suas sessões tiveram que ser transferidas para a casa de alfândega vizinha².

Não obstante as dificuldades econômicas, a Câmara realiza reparos destinados a consolidar e restaurar sua sede, obras que se arrastariam por dez anos, e não resolveria sua exigüidade. A casa, reconstruída em 1551 e reformada por volta de 1630, era relativamente modesta – telha-vã e com janelas sem vidraças –, mas já assobradada. Em 1634, aluga-se uma casa vizinha, do lado sul, para desafogar a Câmara. A casa arrendada ao P^e Francisco da Silva encontrava-se em péssimas condições e teve que ser recuperada. Quatro anos mais tarde, para articulá-la com a Câmara, foi criado um passadiço elevado. A casa reformada passaria a ser conhecida como Câmara Nova, distinguindo-se da antiga.

Esta situação de precariedade permanente levou o governador Francisco Barreto de Menezes (1657-1663) a convocar a Câmara para cobrar a solução definitiva do problema e anunciar sua disposição de ajudá-la nessa empresa. O governador tinha a determinação de construir uma sede condigna para a Câmara, ocupando toda a quadra³. Mas as obras, por sua extensão, só seriam inauguradas por seu sucessor, o Conde de Óbidos (1663-1667), mesmo assim, faltando divisórias internas e a torre.

Ao invés de um edifício novo, como sugere Affonso Ruy, há evidências construtivas de que se preferiu fazer uma grande reforma, com o aproveitamento das caixas murarias das casas existentes. Pela diferença da espessura dos muros do atual Paço, modulação de seus vãos e outros detalhes construtivos, pode-se identificar, claramente, as quatro casas que integravam originalmente a quadra.

A primeira era a da própria Câmara, situada no extremo norte, esquina com a Ladeira da Praça. Era uma casa que se estendia da praça Municipal à rua da Ajuda, como indica o tratamento uniforme dado a suas janelas

² RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1953, cap. II, p. 9-24. Este capítulo seria publicado como uma plaqueta sob o título de *O Paço da Cidade*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1969, em comemoração pela restauração da fachada do prédio nesse ano.

³ IDEM, p. 13.

alterais. Não obstante ser relativamente estreita no fundo, com apenas duas janelas, devia ser mais larga na frente, chegando aos 17m. para conter, além da sala de sessões, o aceso vertical e a “*escrivania*”.

É a única casa que apresenta um embasamento em forma de soco, destinado a conter o aterro que naquele ponto atinge uma altura de aproximadamente 4,50 m. A presença de três “*gateiras*”, na sua fachada posterior, indica que nos cômodos do fundo o piso térreo era assoalhado e elevado do solo, para evitar a umidade e diminuir o aterro. É também a mais antiga, apresentando no térreo janelas tendentes ao quadrado com lenços de cantaria entre as antigas conversadeiras. Este é um detalhe antigo encontrado me edifícios nobres do início do século XVII, como a igreja de Santo Antônio da barra e algumas casas do Maciel.

Mas o que a distingue das demais é a precisão de seu traçado geométrico, a tal ponto que o muro de sua fachada posterior ter uma seção trapezoidal para absorver a esconsidade da rua da Ajuda e não refleti-la na sala de sessões. Sua estrutura é formada por muros paralelos regulamente espaçados (4,50 m.) e seus vãos são perfeitamente modulados. Trata-se, sem dúvida, de obra de arquiteto. Sua planta teria sido traçada em Lisboa e sua execução feita pelo próprio Luiz Dias, que prestando conta das obras que executou, em dois anos de trabalho, refere-se a ela como “*cadeia muito boa e bem acabada com casa de audiência e câmara em cima, tudo de pedra e barro revocados de caal e telhados com telha*”⁴.

Pode-se portanto afirmar, salvo prova em contrário, que a caixa que contém a sala de sessões, “*escrivania*” e cômodos inferiores é quinhentista, embora tenha recebido benfeitorias posteriores, como as cercaduras de pedra de lancil das janelas e grades de ferro da cadeia, já eliminadas. Estas benfeitorias devem-se à reforma que se seguiu à expulsão holandesa. Observe-se que a Câmara reúne-se até hoje no mesmo salão, confirmando a força daquele *locus*.

No extremo sul da quadra, situava-se um sobrado robusto, com paredes de 1,10 m. de espessura. Esse superdimensionamento de seus muros, ao contrário do que pode parecer, não representava maior nobreza ou segurança, senão técnica menos apurada. Temos fortes razões para supor

⁴ Carta de 15/08/1551, apud RUY, Affonso. *Ob. Cit.*, p. 10.

que este foi o imóvel que a Câmara alugou ao P^e Francisco da Silva, em 1634, para atender à ampliação de seus serviços. A Câmara Nova não podia ser contígua a velha, pois se o fosse não se distinguiria nominalmente da mesma, nem necessitaria de um passadiço para articular-se com a velha.

No seu fundo, formando esquina com a rua da Ajuda, existia, ao que tudo indica, um sobrado menor, abrindo-se para a rua do Tira Chapéu, mais tarde conhecida como rua da Assembléia. Deve ter resultado do fracionamento da propriedade primitiva. É uma construção aparentemente contemporânea da Câmara Nova, pela proporção de seus muros e vãos, mais alongados do que os da Câmara Velha e, portanto, mais novos. Pertencia, provavelmente, ao P^e Francisco da Silva, que era dono de dois imóveis na mesma quadra.

Entre as duas casas da Câmara existia uma construção provavelmente térrea, razão pela qual seria preterida ao sobrado, mais próprio para um uso público. Em compensação, esta condição possibilitaria a ligação das duas câmaras através de um passadiço elevado, em 1640. Devido ao comprimento de seu lote, falta de iluminação lateral e topografia, devia possuir um quintal no fundo, que daria lugar, mais tarde, a uma enxovia, hoje utilizada como sub-estação elétrica do Paço. Dessa casa pouco restou, com a criação do pátio central do atual Paço, no período 1658 – 1663. Seu proprietário era provavelmente Miguel Carneiro da Costa que, como se sabe, tinha sua casa no mesmo alinhamento da Câmara. Por outro lado, é pouco provável que um só proprietário, no caso o padre Silva, ocupasse dois terços da frente da praça.

O NOVO PAÇO MUNICIPAL

Segundo consta, o Governador Barreto de Menezes teria elaborado o programa do novo edifício. Na casa primitiva deveriam permanecer a prisão de mulheres e sobre ela a sala de sessões e a “*escrivania*”. Na ala sul, na área das casas recém desapropriadas, a prisão dos homens e o açougue, no térreo, e o Tribunal da Câmara, a sala dos juizes, a seção de contas e a sala do “*segredo*”, ou solitária, no pavimento nobre. Não há referência à capela. É possível que o governador tivesse se assessorado com um arquiteto, antes de fazer a proposta aos vereadores, tal a clareza do zoneamento proposto e precisão de seu pré-dimensionamento.

O novo palácio não só ocuparia toda a quadra, como avançaria sobre a praça para formar o portal que o precede. As diferentes espessuras do

muro interno do portal comprovam que foram poupadas as fachadas das antigas casas. Com isso, o pavimento superior da Câmara Velha foi ampliado. Durante essas obras foram nivelados os pisos das quatro casas e rasgadas as janelas de seus pavimentos superiores para transformação em balcões, à semelhança dos da fachada recém criada. Um novo telhado de oito águas recobria o conjunto.

A inclusão no programa do Paço Municipal de um portal e açougues demonstra a inspiração espanhola, não só do novo edifício, como da própria praça, com portais sob os quais se realizaria a feira semanal, como nas *plazas mayores* hispânicas. Vivendo-se a última fase do período filipino, não seria de estranhar que essa diretriz pudesse emanar da própria Metrópole, ou pelo menos vista com simpatia. O urbanismo luso-brasileiro, mais atlântico que mediterrâneo, vinha de outra tradição, com feiras armadas junto as portas da cidade e no rossio.

Por dificuldades financeiras, a sala de audiências, os novos “*segredos*” e as enxovias, localizados na ala sul, só seriam concluídos em 1696, na administração de D. João de Lencastro. A torre sineira, embora só elevada 33 anos depois da inauguração do edifício, obedeceu fielmente o projeto primitivo, como comprovam o arranque de seus muros com espessura de 1,50 m. e a própria modulação da galeria, que não foi alterada. Não esqueçamos que já devia existir uma pequena sineira na Câmara Velha, pois seu sino é de 1615.

É possível que a ala do fundo também só tenha sido concluída nessa época. Ela é aparentemente a mais nova do edifício. Demonstram seus muros mais delgados (0,55 m) e aligeirados por arcos internos de descarga, no térreo. Teria sido edificada no quintal da casa supostamente pertencente a Miguel Carneiro da Costa. Há poucas referências ao uso dessa ala, o que nos leva a supor que ali estava situada uma das escadas principais do edifício. Aquela é uma posição estratégica, pois é a única que permite articular os três níveis do edifício.

Durante a edificação dessa ala, nivelou-se sua cimalha com a da Câmara Velha, o que provocaria uma desarticulação com a cornija do segundo sobrado pertencente ao P^e Francisco Silva. Esta diferença pode ser, ainda hoje, notada na fachada posterior do Paço, voltada para a rua da Ajuda.

AS TRANSFORMAÇÕES DO PAÇO

Não há notícias de intervenções no edifício durante a maior parte do século XVIII. Por isso, no final do século, o edifício acumulava muitas

mazelas. Os assoalhos e escadas de madeira estavam deteriorados, as cadeias não ofereciam segurança, pois o muro sul do pátio estava arruinado, sendo os presos recolhidos as enxovias, onde as más condições de higiene os dizimavam. Por fim, o oratório dos presos, a capelinha de Santo Antônio da cadeia, havia sido fechada sob protestos da Santa Casa de Misericórdia, que a administrava, e do procurador da cidade, devido à precariedade de seu telhado. D. Fernando José de Portugal, sensível a situação da Câmara, patrocina a restauração do edifício, que seria concluída em 1797, com direito a placa comemorativa, ainda hoje conservada no edifício⁵.

Dessa capela tem-se notícia só a partir de 1754, com o casamento solene de Luiz Amado com Eufrásia Soares, natural de Camamu, e de vários enlances de presos nos anos seguintes⁶. Onde estaria localizada a capela? A leitura da descrição do edifício, feita em 1798, por Luiz dos Santos Vilhena pode esclarecer a questão: *“No lado Norte fica a soberba Sala do Senado, a que por baixo corresponde a cadeia para mulheres, e os açougues. No lado Sul está outra sala, onde vão dar audiência os três Juizes-de-Fora, do Cível, Crime e Órfãos, como também os almotacés fica mais a morada do carcereiro, sala livre, dez segredos e mais prisões, e por baixo ficam as fortes enxovias mandadas reformar, ou melhor, refazer de novo no ano de 1796 pelo nosso memorável Governador e Capitão Geral o ilmo. e exmo. D. Fernando José de Portugal; no centro pois desse edifício há também um a enfermaria com seu oratório, mandados fazer de novo pelo mesmo exmo. Governador”*⁷.

A expressão *centro* aparentemente foi utilizada como sinônimo de *meio*. Neste caso, a capela se localizava na ala leste do edifício, no seu pavimento superior, já que possuía telhado. Convém lembrar que na ala sul, também no andar nobre, existiam salas fechadas, *“dez segredos e mais prisões”*. Seria portanto uma conversão funcional de espaços ociosos realizada na primeira metade do século XVIII. Affonso Ruy levanta a hipótese de que a capela tivesse sido construída em 1696 em meio ao pátio⁸.

⁵ Ata da Câmara de 4 de agosto de 1792 dá conta da decisão de mandar consertar a capelinha *“por se achar esta com o telhado arruinado xuvendo dentro desta pelo que impedia a celebração da missa nos dias necessários para os presos ouvirem”*... apud RUY, Affonso. *Op. Cit.*, nota 17, p. 17.

⁶ Vide RUY, Affonso. *Op. Cit.*, nota 16, p. 16.

⁷ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapoã, 1969. v. 3, p. 69, negrito nosso.

⁸ RUY, Affonso. *Op. Cit.* p. 15.

Mas obra de tal vulto e sua posterior demolição dificilmente escapariam de ser registradas nos livros de ata. Além do mais, tal construção inviabilizaria a cisterna, fundamental para o abastecimento de água para algumas dezenas de presos.

Em 1830, os últimos presos foram removidos para o forte do Barbalho. Seis anos mais tarde, abriram-se os “*segredos*” da cadeia e rasgam-se as paredes das celas. É dessa época os grandes arcos vazados nas divisórias internas do pavimento térreo, criando espaço para novas funções administrativas.

Uma das questões mais intrigantes do edifício, ao nosso ver, é a posição da atual escada de acesso ao pavimento nobre. Por falta de espaço para desenvolvimento, ela começa praticamente na rua, sem um saguão de entrada, impedindo o ingresso ao pátio, peça natural de distribuição da circulação em edifícios com esse partido. É bem verdade que a existência de um só pátio em um edifício de uso misto exigia uma separação rígida de funções.

De qualquer modo, a elevação do teto da escada reflete-se no pavimento nobre, dificultando a ligação entre as duas alas principais do edifício e o acesso ao balcão central e à torre. Estas são disposições aparentemente incompreensíveis em um projeto como o do Paço. Se a posição da escada for a original, o edifício tinha um esquema funcional muito rígido, com cômodos, pátios e circulações inteiramente diferenciados. Esta, como outras hipóteses aqui aventadas, só poderão ser verificadas com uma prospecção arqueológica, o que infelizmente não tivemos possibilidade⁹.

O fato é que, em 1851, substitui-se a escada de madeira central por outra mais duradoura, graças a doação de cantaria feita por um certo Gonçalves Martins. Trinta e dois anos depois, troca-se a escadaria de pedra local por mármore importado, ao tempo que se realizam obras de manutenção e melhoramentos do térreo¹⁰. É tão evidente a deficiência de desenho da escada de acesso, que em 1894 cria-se mais um lanço para dar acesso ao pátio. A essa altura o pátio já não era um espaço exclusivo dos presos, que havia sido transferidos desde 1830.

⁹ É curioso que esta escada é reproduzida na casa da câmara e cadeia de Santo Amaro, de 1669, no Recôncavo baiano, uma réplica reduzida do Paço de Salvador.

¹⁰ RUY, Affonso. *Op. Cit.*, p. 21-24.

Às vésperas da república, a hegemonia das relações comerciais e culturais com a Europa e a rejeição pelo passado colonial levariam o presidente da Câmara, Augusto Ferreira França (1882-85), a deslocar as preocupações com a restauração do Paço para a modernização da Praça Municipal. Quatro casas construídas fora do alinhamento são então demolidas e o Arquiteto Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá é convocado a criar uma nova imagem para a Câmara. Baiano, mas “residente na Corte”, Caminhoá, no espírito do “revival” da época, dá ao edifício uma face neo-renascentista, com eliminação da galeria externa, criação de portada dupla e colocação de platibanda com estatuetas e grifos, escondendo o telhado.

A velha torre terminada em meia laranja é transformada em torreão com relógio elétrico e mirante. Pouco depois, o Palácio dos Governadores entraria, mimeticamente na mesma onda classicizante. A máscara “moderna” do Paço cairia em 1967, por determinação do Prefeito Antônio Carlos Magalhães, revelando para os contemporâneos a verdadeira imagem ibérica do Paço. O Palácio dos Governadores teria menos sorte, bombardeado, mutilado e confeitado, na segunda década deste século, se transformaria em um palácio de representação, com a construção do Aclamação.

ANÁLISE TIPOLÓGICA

Apesar de executado sobre muros pre-existentes, ao longo de 39 anos, o Paço Municipal segue fielmente projeto previamente riscado e perfeitamente caracterizado tipologicamente. O edifício é inequivocamente um “cabildo” espanhol do século XVI, caracterizado pela presença do pátio interno, portal aberto para a praça fronteira e torre sineira central.

Essa tipologia teve origem no período de florescimento da instituição municipal na Península Ibérica, entre os séculos XII e XIV, observa Ramon Gutierrez¹¹. Pode-se distinguir dois tipos de *cabildos*, nesse primeiro período. As torres e portas ligadas ao sistema defensivo urbano, cujo exemplo mais exuberante é o Arco de Santa Maria, em Burgos, e os edifícios em forma de palácios civis, como o de Sevilha, que já apresentava fachada em arcaria, uma das características dominantes desta tipologia. Tanto as torres, quanto os palácios, sofreriam alterações para se adaptarem à nova função, com a

¹¹ GUTIERREZ, Ramon et alii. *Cabildos y ayuntamientos en América*. México: IAIHAU/ Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco; México: Tilde, 1990.

incorporação de portal, balcão do conselho, campanário e, alguma vezes, capela. A construção de edifícios específicos de *cabildos* formalizou-se no século XV, embora sua grande difusão se desse no Quinhentos.

A relação do conselho municipal com a comunidade definiria muitos elementos de seu programa e imagem, como o “*soportal*”, o “*balcon conseil*” e a torre. O portal era o espaço de relação da instituição com a praça, onde eram fixados os editais e realizado o mercado, nos dias de feira. O “*balcon conseil*”, que na maioria dos casos tomava a forma de uma galeria superposta ao portal, traduzia o caráter participativo e transparente da instituição. Era utilizado nas sessões abertas do *cabildo* e durante as festas cívicas e religiosas, quando se transformava em tribuna para autoridades e políticas. As torres cumpriam função principalmente de comunicação sonora e visual, como suporte para o sino convocatório e, mais tarde, para o relógio municipal, que marcava o ritmo da vida cidadã.

Internamente, a peça mais importante era a *sala capitular*, a nossa sala de sessões, ou vereação, que era complementada pela secretaria – “*escrivania*” – e arquivo. Outra seção compreendia o corpo de guarda e a cadeia, que muitas vezes incluía celas especiais e a capela. Por último, tínhamos a seção da Justiça, com os juizados e secretarias, escrivão público e salas de audiência e atenção pública, a nossa ouvidoria. Em alguns casos, o programa incluía também celeiro, açougue e depósitos. Nas cidades maiores, a cadeia, o Tribunal de Justiça, o celeiro e o açougue podiam ocupar edifícios específicos. Embora as funções e a estrutura administrativa de nossas câmaras municipais fossem muito semelhante a dos *cabildos* espanhóis, suas soluções arquitetônicas não eram as mesmas.

O tipo mais freqüente de fachada de *cabildos e ayuntamientos* espanhóis era o de dupla arcaria sobreposta. Mas no norte da Espanha eram freqüentes os *cabildos* com térreo em arcaria e pavimento superior vazado por janelas rasgadas, exatamente como no Paço de Salvador. São exemplos desse tipo, provenientes do século XV, os *cabildos* de El Ciego (Alava) e Valência de Alcântara (Cáceres). Entre os numerosos exemplos do século XVIII podem-se citar os de Elgoibar, Azcoitia, Irúm, Victoria e Medina Sidonia, no país Basco¹². Muito contidos ornamentalmente, os *cabildos* espanhóis incluíam uma iconografia onde predominavam as armas

¹² IDEM, p. 14.

da cidade, como ocorria em Salvador, antes da pomba com o ramo de oliveira no bico voasse da portada do Paço para pousar na entrada da sala de sessões, em 1886.

O edifício público com dupla arcaria seria o mais reproduzido na América espanhola, onde foram introduzidos nos primeiros anos de colonização, em palácios de governantes, como os de Diego Colon (1510), em Santo Domingo, e Herman Cortés, em Cuernavaca, México, embora sem torres. Mas há também exemplo de *cabildos* espano-americanos com portais no térreo e janelas de púlpito no pavimento superior, como os da cidade do México, reconstruído no segundo quartel do século XVIII com pequenas torres nos cantos, e o de Santiago de Cuba (1765). Da mesma tipologia é o suntuoso Palácio dos Capitanes Generales de Havana (1776-1790), com uma pequena *espadana* central.

As sedes municipais com torres centrais só se difundiriam no continente na segunda metade do século XVIII, cerca de cem anos depois do paço baiano. Dentre os exemplos mais representativos desta tipologia estão os *cabildos* de Buenos Aires (1734-1764), infelizmente mutilando no início do século atual com a abertura de grandes avenidas, Santa Fé (1787), Tucuman, Salta (1783), Lujan (1770-1792) e San Luis (1804), na Argentina, bem como o de Antigua Guatemala, todos com dupla arcaria e torre central. Um exemplar tipologicamente muito semelhante ao nosso é o *cabildo* de Santiago do Chile (1785-1990), já demolido. Possuía portal no térreo, janelas de púlpito no pavimento superior e torre central em meia laranja.

O paço municipal com portal e uma única torre não é uma tipologia portuguesa, nem comum no Brasil. Há, sem dúvida, paços do conselho com torre central, mas sem portais, em Portugal e nas Ilhas Atlânticas, todos da segunda metade do século XVIII, provavelmente por influência hispânica. Existem exemplos no Alentejo, em Redondo (1752), muito próximo da Espanha, e na Beira Litoral, em Aveiro (1797) e em Esgueira. Temos notícia, também, de paços do conselho com torre central nos Açores, em Vila Franca do Campo e Vila Praia da Vitória, todos da mesma época.

No Brasil este modelo só seria seguido no Recôncavo da Bahia, por influência direta do Paço de Salvador. É o caso das casas de câmara e cadeia de Cachoeira (1712), com portal mas sem torre, Maragogipe (1737), com arco sineiro muito semelhante ao *cabildo* de Lujan, na Argentina, e Santo Amaro (1769), esta uma réplica menor do Paço de Salvador.

A QUESTÃO DA AUTORIA

A autoria do projeto do Paço Municipal de Salvador tem sido objeto de muita especulação. Quem primeiro levantou a questão foi o historiador de arte Robert C. Smith, que sugeriu que ele poderia ser do engenheiro militar francês Filipe Gitão, ou seu sucessor, Pedro Garim, ou Garcim, que se encontrava na Bahia naquela época¹³. Dom Clemente Maria da Silva-Nigra descarta esta hipótese argumentando que ambos conheciam pouco arquitetura civil para realizarem um edifício daquela qualidade. Além do mais, o primeiro falecera em 1657 e o segundo voltara para metrópole, em fevereiro de 1660, brigado com as autoridades locais.

Silva-Nigra levanta a hipótese daquele projeto ser de autoria do arquiteto beneditino Frei Macário de São João, com base no traço de sua portada, que denota conhecimento de detalhes arquitetônicos divulgados por Sebastião Sérlio em seu tratado de arquitetura. Frei Macário já teria se valido da coleção dos cinquenta desenhos de portas de Sérlio em outros projetos na Bahia, como o Mosteiro de São Bento e a Santa Casa de Misericórdia. Reforça sua argumentação alegando as boas relações que tinha o Governador Barreto de Menezes com os beneditinos, a quem confiou a igreja votiva de N. S. dos Prazeres, nos montes Guararapes, perto de Recife, onde derrotou os holandeses¹⁴. Esta hipótese seria rechaçada por Carlos Ott, que afirma ser o projeto do próprio Governador Menezes de Barreto, auxiliado pelo medidor da Câmara, sem apresentar justificativas ou provas, como de costume¹⁵.

Como já demonstramos, o projeto do Paço Municipal de Salvador é nitidamente espanhol. O único profissional dessa nacionalidade e qualificação

¹³ SMITH, Robert C. *História das artes na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1967. p. 38, nota 12.

¹⁴ SILVA-NIGRA, D. Clemente M. *os dois escultores frei Agostinho da Piedade, frei Agostinho de Jesus e o arquiteto frei Macário de São João*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971. p. 107-8.

¹⁵ "O autor da planta (embora não desenhada por ele) e da distribuição interna foi o próprio Governador autoritário, Francisco Menezes de Barreto; as plantas foram executadas pelo medidor da Câmara, Marcos da Mesquita Ferreira, filho do engenheiro militar Marcos Ferreira... Esta colunata pomposa no andar térreo pode ter nascido também na cabeça do Governador Francisco Menezes de Barreto, o vencedor da batalha decisiva dos Guararapes contra os holandeses; como general pode ter tido alguma noção de história militar dos romanos e de seus acampamentos enfeitados por colunas"... OTT, Carlos. *História das artes plásticas na Bahia, 1550-1900*. Salvador: s. ed., 1991. v. 1, p. 10.

para realizar tal projeto na Bahia, naquela época, era o frei beneditino. Sabe-se dele apenas a profissão, a nacionalidade e algumas informações adicionais. Já era profissional conceituado quando realizou sua primeira obra na Bahia, sendo indicado por outro arquiteto, o frei Gregório de Magalhães, Abade Provincial do Brasil, para projetar o grande mosteiro de São Bento de Salvador, em 1648. Aqui permaneceu até a morte, em 1676, atuando sempre na profissão¹⁶.

É comprovada sua participação no projeto do Mosteiro de São Bento e na primitiva igreja da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Silva-Nigra atribui a ele também o projeto do convento de Santa Teresa, por adotar a planta de Il Gesu de Roma, anteriormente utilizada na igreja de São Bento, e denotar influência espanhola em sua elevação, especificamente no campanário, muito semelhante à *espadana* dos conventos carmelitas de Ávila e de Évora, este vizinho à Espanha. Sua obra é seguramente mais vasta, pois não é provável que nos 28 anos de atividade profissional que desenvolveu na Bahia tivesse riscado apenas três projetos.

Pode ser creditada a ele também a autoria de alguns projetos no Recôncavo, na região do Subaé. Ali os beneditinos receberam, em 1655, a Fazenda das Lajes, doada por Catarina Álvares, filha de Caramuru e esposa de Balthazar Barbosa de Araújo, onde construíram engenho e capela¹⁷. Dez anos mais tarde, recebem da mesma senhor outras terras em São Francisco do Conde, onde edificam, a partir de 1670, o convento de Nossa Senhora das Brotas.

A pequena capela de São Bento das Lajes passou despercebida a Silva-Nigra, como a outros historiadores da arte, que a supunham desaparecida. Em meados da década de 1970, quando realizávamos o inventário dos monumentos do Recôncavo, descobrimos a capela do Engenho das Lajes engastada na mole da antiga escola agrícola mandada construir por D. Pedro II, em 1859, naquela velha fazenda de cana¹⁸. Por trás de um pórtico do frontispício do Imperial Instituto Baiano de Agricultura encon-

¹⁶ SILVA-NIGRA, *Op. Cit.*, p. 90.

¹⁷ PEDREIRA, Pedro Tomas. *Notícia histórica de São Francisco do Conde*. Salvador: s.ed., 1976.

¹⁸ BAHIA, Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia, v. II, Monumentos e sítios do recôncavo*, 1ª parte, Coord. de Paulo Ormindó de Azevedo. Salvador, 1978. p. 197-8.

tramos uma portada com volutas jônicas e signos da Ordem Beneditina, semelhante a de acesso à escadaria da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, onde o frei também interveio. A mesma semelhança existe entre seu arco cruzeiro almofadado e outros existentes no mosteiro de São Bento e em Santa Teresa. Pertencente a mesma Ordem e construída pouco depois da chegada de Frei Macário a Bahia é muito pouco provável que a capela de São Bento das Lajes seja de outro arquiteto.

Silva-Nigra já havia detectado pegadas de frei beneditino na região, no atual município de Santo Amaro. Na localidade de Acupe, sobre uma pequena colina, jazem as ruínas da capela de São Brás. Pelo vigor de seu desenho e alguns detalhes, como a portada com frontão curvo partido e arco em alça de cesto do coro, o mesmo historiador atribui seu traço ao arquiteto beneditino. Curiosamente esta capela, com seus dois alpendres laterais, enquadra-se em uma tipologia nitidamente popular e nordestina, embora tratada com o rigor de um arquiteto erudito.

Na sede do mesmo município, a pequena igreja de Santo Amaro, já bastante modificada, exhibe um aportada muito semelhante a anterior, datada de 1667, e atribuída por Silva-Nigra a seu confrade de Ordem. De fato, aquelas terras foram compradas pelos beneditinos, em 1607, a Gonçalo Alves e em torno da capela desenvolveu-se a primitiva povoação e atual cidade.

Baseado apenas na sensibilidade, Silva-Nigra parece ter acertado no alvo ao atribuir ao arquiteto beneditino o traço do Paço Municipal de Salvador. Enganou-se apenas ao afirmar que seu portal era uma reprodução da galilé da primitiva igreja da Santa Casa de Misericórdia, também de sua autoria. Como já demonstramos, o *suportal* é um dos elementos fundamentais dos *cabildos* espanhóis. A influência de regionalismos do norte de Espanha, como as janelas de púlpito sobre o portal, notada no projeto baiano pode ser uma pista importante para a investigação do local de nascimento e formação de seu presumido autor.

Do exposto podemos tirar as seguintes conclusões: o Paço de Salvador apesar de construído sobre edificações anteriores, inclusive quinhentistas, obedece a um projeto que seria seguido fielmente durante 39 anos até seu coroamento por uma torre. Segundo, durante as obras de 1658 a 1663 avançou-se sobre a praça para formar o portal e lançou-se as fundações da torre central. Esses elementos e o pátio interno configuram nitidamente

um modelo de municipalidade hispânico, consolidado desde o século XVI, mas não difundido por tratadistas, senão por arquitetos e construtores.

O Paço Municipal de Salvador, com seu perfil inconfundível e proporções harmoniosas, é o protótipo de uma tipologia que se tornaria emblemática do poder municipal na América, apesar de sua pouca difusão no Brasil. A explicação para este fato excepcional não pode ser atribuída ao mero acaso, senão a presença de um grande arquiteto espanhol na Bahia seiscentista, como foi Frei Macário de São João, capaz de se antecipar em um século a uma tendência que se tornaria dominante no continente.